

Tendenciosidades na Base Curricular obrigatória

**PEDRO FLEXA
RIBEIRO**

Diretor do Colégio Andrews



As polêmicas sobre a tendenciosidade no ensino têm sido frequentes. Desde algum tempo, houve quem identificasse uma tendência excessivamente ideológica em certas questões das provas do Enem. Um movimento propõe blindar o ensino contra esse risco através de uma “escola sem partido”. As denúncias sempre foram negadas pelo MEC e também por professores que entendem ser vã e ilusória a possibilidade de um ensino “neutro”: algum viés ideológico sempre existiu e existirá. A função da escola seria justamente preparar o jovem para identificar e lidar com esses atravessamentos, qualquer que seja sua natureza.

Mais recentemente, o MEC trouxe a público a sua proposta para a Base Nacional Comum Curricular. Embora o documento tenha suscitado muitas críticas, teve certamente o mérito de deixar claro o viés do governo. O documento oficial não poderia ter sido mais explícito acerca da orientação ideológica que se pretende impor como obrigatória a todas as escolas. O episódio confirma que, para exercer o controle do ensino em todo o país, o atual governo pretende usar dois caminhos complementares: de um lado, impondo uma base obrigatória (BNCC), de outro, usando para o mesmo fim as avaliações em lar-

ga escala. Desde os anos 1990 – ainda na gestão FHC/ Paulo Renato –, o governo empenhou-se em desenvolver um vasto sistema de avaliação composto por exames complementares: Prova Brasil, Saeb, Enem e Enad. O entrecruzamento desses diferentes exames cobre o sistema de ensino em todos os seus níveis, o que é pertinente e necessário para o salto de qualidade de que o país precisa. Mas torna-se cada vez mais evidente que, uma vez no poder, o PT passou a manobrar o sistema de avaliação existente com a intenção de promover uma “revolução cultural”. A Base Comum obrigatória, agora proposta, vem apenas completar o processo em curso.

O prazo oficial para que professores e sociedade em geral se manifestassem acerca da Base obrigatória foi curto: encerrou-se no dia 15 de março. Como contribuição para o debate, seguem algumas ponderações.

Toda ação educativa pressupõe um sentido político, seja ele explícito ou não. A pretensão de se blindar o ensino contra tendenciosidades é de fato equivocada e vã. Não existe ensino neutro. À nossa revelia, sempre somos atravessados por alguma tendência, dessa ou daquela corrente. Cada professor e cada escola ensina de acordo com sua crença, professa e transmite aquilo em que